

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 30 | outubro de 2024

78



A edição de número 78 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) contém o tradicional texto de *Análise do mercado de trabalho*, além de incluir as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco*, e *Economia solidária e políticas públicas*. Inclui também uma seção especial sobre o G20, intitulada *Dossiê: debates sobre emprego no G20*.

O texto de *Análise do mercado de trabalho* apresenta os principais indicadores de mercado de trabalho do país para o segundo trimestre de 2024, obtidos por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). De forma geral, os resultados mostram uma trajetória bastante positiva no mercado de trabalho. Os destaques ficam por conta da queda no desemprego e do aumento na ocupação formal.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, as contribuições adicionais estão organizadas em quatro seções de textos.

A seção *Notas técnicas* é composta por três textos. No primeiro deles, *Empregos verdes no Brasil: caracterização e evolução entre 2012 e 2022*, Lara Milioni Moscon, Kaio Vital da Costa, Valéria Pero e Pedro Gesteira propõem uma nova classificação de empregos verdes com base na atividade econômica para o Brasil (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE) e investigam a evolução desses empregos a partir de uma perspectiva multidimensional, utilizando dados da PNAD Contínua. O estudo revela que os empregos em atividades verdes representam 17% do total de ocupados e permaneceram praticamente estáveis ao longo do período analisado (2012-2022).

No segundo texto da seção, *O acesso ao mercado de trabalho por refugiados e demais pessoas com necessidade de proteção internacional no Brasil*, Nikolas de Camargo Pirani e Paulo Sergio de Almeida analisam o acesso ao mercado de trabalho formal por pessoas com necessidade de proteção internacional que estão residindo no país, a partir dos registros do Novo Caged e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). O estudo destaca que, apesar da facilidade de obtenção de permissões de trabalho, refugiados e outras pessoas com proteção internacional enfrentam grandes desafios para se inserir de forma qualificada e plena no mercado de trabalho formal brasileiro.

Na última nota técnica, *Evolução recente da taxa de participação brasileira*, Miguel Nathan Foguel, Leo Veríssimo Fernandes e Gabriela Carolina Rezende Padilha analisam a taxa de participação entre 2012 e 2023, com foco na queda durante a pandemia e na recuperação posterior, usando dados da PNAD Contínua. A pesquisa mostra que a queda na participação durante a pandemia foi impulsionada pela redução da ocupação, enquanto a recuperação foi liderada por sua elevação, com o desemprego desempenhando um papel secundário.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt78/apresentacao>

A seção *Política em foco* inclui três artigos. No texto *Seguro-reemprego e qualificação profissional: uma proposta de nova modalidade de concessão do seguro-desemprego no Brasil*, Mário Magalhães sugere a criação de uma nova modalidade de seguro-desemprego, chamada “seguro-reemprego e qualificação”. Essa proposta visa usar o pagamento do benefício como incentivo para a reintegração ao mercado de trabalho, combinando reemprego com treinamento promovido pela empresa contratante. O artigo detalha o escopo normativo da proposta e estima seus possíveis impactos.

Em *Uma análise das cotas para pessoas com deficiência no Brasil*, Christiane Szerman avalia os impactos da política de ação afirmativa voltada para pessoas com deficiência, com foco na Lei de Cotas e na regulamentação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD). A pesquisa mostra que a PNIPPD aumentou o emprego formal e os rendimentos de pessoas com deficiência em microrregiões expostas à política, sem efeitos adversos para trabalhadores sem deficiência ou informais. Os resultados sugerem que, em mercados de trabalho com discriminação na contratação, a aplicação de cotas modestas pode melhorar a eficiência do mercado de trabalho e ser eficaz para aumentar o emprego entre pessoas com deficiência.

O último artigo da seção, *Educação profissional e mercado de trabalho: um debate sobre a relação entre formação e ocupação no Brasil em 2022*, de Camila Yuri Santana Ikuta e Gustavo Plínio Paranhos Monteiro, analisa a situação da educação profissional no Brasil com base nos dados da PNAD Contínua Anual (Suplemento Educação 2022). Os autores constatam que a oferta de educação profissional, incluindo qualificação e cursos técnicos de nível médio (CTNM), é limitada e pouco acessível para os mais jovens. Embora os graduados em CTNM tenham rendimentos médios superiores, eles enfrentam um mercado de trabalho caracterizado por desigualdade, alta informalidade e desocupação, frequentemente ocupando posições semelhantes às dos demais trabalhadores, que não necessariamente demandam a especialização adquirida.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz outros dois artigos. Em *Pesquisa nacional dos bancos comunitários de desenvolvimento: relevância, resultados e principais desafios*, Ariádne Scalfoni Rigo, Laís Francine Nascimento de Jesus, Laerson Moraes Silva Lopes, Jeová Torres Silva Júnior e Elaine Aparecida Araújo realizam um levantamento abrangente dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) no Brasil. Entre os resultados encontrados, a pesquisa revela que a sustentabilidade financeira dos BCDs se mostra como um desafio crítico, com 54,4% dos entrevistados (43 BCDs) relatando ausência de receita para manter suas operações.

No segundo texto da seção, *Programas municipais de transferência de renda com moeda social: limites e potencialidades no desenho, na implementação e nos resultados*, Fernando Freitas, Andrea Gama e Iago Mendes analisam, por meio da teoria da mudança, as divergências no desenho e os impactos da implementação de programas de transferência de renda com moeda social. O estudo foca o programa de Maricá, avaliando se ele atinge seus objetivos de desenvolvimento local e combate à pobreza. A análise é baseada em 99 entrevistas com beneficiários, não beneficiários, implementadores e atores locais, bem como na circulação da moeda mumbuca entre 2018 e 2020.

Esta edição do BMT apresenta uma seção especial sobre alguns dos desafios do mercado de trabalho debatidos no Grupo de Trabalho sobre Emprego (Employment Working Group) do G20 durante a presidência do Brasil nesse fórum. A seção, intitulada *Dossiê: debates sobre emprego no G20*, contém três artigos. O primeiro, de Paula Montagner, *Inclusão para todos com diversidade e busca de equidade: os desafios que os países do G20 voltam a debater*, aborda as discussões sobre diversidade e equidade salarial de gênero e étnico-racial nos eventos preparatórios e presenciais do G20. Com a participação de representantes técnicos e diplomáticos de diferentes países e organizações, os debates focaram em garantir que os interesses econômicos fossem acompanhados de um compromisso real com a inclusão equitativa. A autora observa a convergência entre governos, grandes empresas e trabalhadores na inclusão das mulheres no mercado de trabalho e na redução das desigualdades salariais, destacando a importância da troca de experiências e do compromisso com a igualdade de remuneração e oportunidades.

Em *Efeitos da inteligência artificial na vida profissional das mulheres*, Livia Gouvea Gomes explora os desafios e oportunidades que a inteligência artificial (IA) apresenta para a equidade social e a inclusão de gênero, com um foco específico nas questões que impactam a vida laboral das mulheres, frequentemente em desvantagem no mercado de trabalho. O artigo examina as mudanças nas exigências de habilidades, os efeitos da IA na busca de emprego e no local de trabalho, incluindo monitoramento de *performance* e estereótipos de gênero. A autora destaca que a IA continuará a influenciar as oportunidades e o tratamento das mulheres no ambiente profissional e enfatiza a necessidade de colaboração entre governos, indústrias, academia e sociedade civil para implementar e avaliar essas tecnologias com transparência e responsabilidade.

Por fim, no último artigo da seção, intitulado *O peso das palavras: a linguagem de gênero e a participação e o posicionamento das mulheres no mercado de trabalho*, Mariagrazia Squicciarini explora dois aspectos que podem influenciar as decisões de entrada, permanência ou progressão da carreira das mulheres no mercado de trabalho: a linguagem de gênero usada nos anúncios de emprego e os tipos de benefícios oferecidos nas vagas. Utilizando dados sobre taxas de emprego feminino e nível de senioridade em países de língua inglesa, como Austrália, Canadá e Reino Unido, a autora constata que a linguagem com conotação masculina nos anúncios *on-line* tem um impacto direto na participação feminina, enquanto a linguagem com conotação feminina não necessariamente aumenta o interesse das mulheres nas vagas. Além disso, observa-se que benefícios como creche e horários flexíveis têm correlação positiva com o emprego de mulheres, sugerindo que esses benefícios poderiam ajudar a atrair mais talentos femininos.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO